



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

POWLLYANNA MOTA DE LIRA BEZERRA

**EDUCAÇÃO E MILITARISMO: ASPECTOS SUBJETIVOS DO DISCURSO
DISCIPLINAR EM ESTUDANTES.**

Juazeiro do Norte
2020

POWLLYANNA MOTA DE LIRA BEZERRA

**EDUCAÇÃO E MILITARISMO: ASPECTOS SUBJETIVOS DO DISCURSO
DISCIPLINAR EM ESTUDANTES.**

Monografia apresentada à Coordenação
do Curso de Graduação em Psicologia do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do grau de
bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

POWLLYANNA MOTA DE LIRA BEZERRA

**EDUCAÇÃO E MILITARISMO: ASPECTOS SUBJETIVOS DO DISCURSO
DISCIPLINAR EM ESTUDANTES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para obtenção de grau
de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR

Orientador(a)

JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE

Avaliador(a)

LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES

Avaliador(a)

AGRADECIMENTOS

A realização desse artigo se deu em momentos de medo e incertezas. Com sentimentos atordoados em meio a um furacão de enfermidades epidêmicas amplamente disseminadas pelo mundo com a Pandemia da Covid-19. O distanciamento se fez necessário, uma realidade num contexto social, emocional e cultural. Tudo foi mudado, o artigo que outrora seria uma pesquisa de campo, deu espaço para pesquisa bibliográfica, o encerramento de um ciclo, abraços calorosos, pele na pele, olhos nos olhos, se deu por vias virtuais, mas foi nesses momentos de incertezas que pude contar com verdadeiros heróis, aqueles que me sustentaram com ânimo e vigor no decorrer desse processo de estudo árduo e de total dedicação. Conciliar trabalho, filhos, esposo, casa com a rotina de estudos acadêmicos é um processo desafiador, mas hoje tenho a certeza que é possível. Agradeço primeiramente a DEUS por permitir que eu sonhe e por estar comigo nessa realização, fortalecendo-me e dando-me forças para concretiza-la, por nunca me deixar sozinha e me carregar nos braços quando as forças me faltaram. Agradeço a meu esposo Cicero Luciano Ferreira Bezerra que acreditou em mim, e que por diversas vezes encontrei nele o acolhimento e incentivo necessário para continuar e me erguer dia após dia, adentrando madrugadas de estudos incansáveis e pesquisas desafiadoras, sendo assim, podendo encontrar meu descanso em seus braços. Aos meus filhos Cicero Luciano Ferreira Bezerra Filho e Anna Julia Mota de Lira Bezerra, razão da minha vida, eles me impulsionaram a continuar cada vez que pensei em desistir, que compreenderam minha ausência no cair das noites de todos os dias, que choraram junto comigo e que me revigoravam a alma quando diziam: - Mamãe você vai conseguir!!! Gratidão meus filhos, eu AMO VOCÊS intensamente e é para vocês essa graduação. Jamais poderia deixar de mencionar meus pais, Paulo Freitas de Lira e Tereza Mota de Lira, meu alicerce, a eles devo minha educação e formação humana, meus exemplos de fé e perseverança. Abençoado fostes para mim o dia que DEUS escolheu vocês para serem meus pais. Gratidão por ficarem com meus filhos para que eu pudesse continuar minha empreitada no trabalho e na graduação. Aos meus irmãos Antônio Neto, Paulo Junior e Manoel Emídio, sempre estando presentes, sempre me direcionando com foco e fé. Aos colegas que a graduação me presenteou, Eribetânia Carvalho, Laísa Angelim, Paloma Rodrigues e Ítalo Coelho, e que se tornaram amigos para uma vida inteira, agradeço imensamente o apoio e a ajuda de

todos os dias. A minha família de um modo geral, minha base, meu esteio, pois bem sei que sempre estive nas orações de vocês. As minhas amigas de uma vida inteira de colegiado, as amigas da Escola Polivalente do Juazeiro do Norte-CE, elas sabem a representatividade e a importância de cada uma nesse meu processo de graduação. Assim a vida me permitiu concluir mais um ciclo de aprendizados e experiências, a todos os mestres professores do curso de Psicologia que direto ou indiretamente me proporcionaram várias reflexões, sentimentos de construção e desconstrução de significados e conceitos no decorrer desses 11 semestres, vocês me apontaram o horizonte e me encorajaram a acreditar que também posso chegar lá. Minha eterna gratidão. Nos estágios Supervisionados das ênfases I e II de Processos Educacionais e Promoções em Saúde tive o privilégio e a honra de ser supervisionada por José Demontier Guedes, psicólogo do colégio da Polícia Militar e Ana Carolina Lucena, psicóloga do Hospital e Maternidade São Lucas, há estes profissionais expresso minha gratidão e admiração ao qual desempenham com louvor suas atribuições e ensinam com amor o cuidar e a escuta de um psicólogo na sua prática. Grata pelos ensinamentos. E assim finalizo essa etapa para que tantas outras possam vir. Obrigado meu DEUS!

EDUCAÇÃO E MILITARISMO: ASPECTOS SUBJETIVOS DO DISCURSO DISCIPLINAR EM ESTUDANTES

Powllyanna Mota de Lira Bezerra¹

Francisco Francinete Leite Junior²

RESUMO

O presente artigo baseia-se na temática da Educação e Militarismo, trazendo reflexão nas relações de poder das instituições educacionais a partir da literatura científica. A problematização objetiva-se a entender como os estudantes internalizam o processo disciplinar, apresentando contornos mais definidos, perpassando as relações de poder e disciplina num contexto moral, social e educacional. O conceito de disciplina emerge a todo um conjunto de imperativos e regras de conduta particulares, onde a “ordem” é mais notória e há uma “obediência” criteriosa no espaço educacional. Portanto, a interpretação dos processos está sustentada pelo eixo das teorias críticas da relação de poder. Alguns teóricos serviram de base para a fundamentação teórica, apoiando-se em Michel Foucault, Émile Durkheim, Erving Goffman, Paulo Freire, entre outros autores, considerando em seu tempo, história e espaço. A importância dos efeitos decorrentes da relação dos estudantes com o contexto da educação militar enfatiza discursões pertinentes que o referido artigo apresenta. É possível admitir os efeitos desse processo nas relações e comportamentos da escola, pesquisando os aspectos subjetivos aos aces e valores, regras, ordens e disciplina. Desse modo, acredita-se que há representação dada aos estudantes e que a disciplina militar não apenas reflete, como também pode influenciar nas ações de quem as realiza.

Palavras-chave: Disciplina. Controle. Regras. Militarismo. Docilidade dos corpos.

ABSTRACT

This article is based on the theme of Education and Militarism, bringing reflection on the power relations of educational institutions from the scientific literature. The problematization aims to understand how students internalize the disciplinary process, presenting more defined contours, permeating the relations of power and discipline in a moral, social and educational context. The concept of discipline emerges from a whole set of particular imperatives and rules of conduct, where “order” is more notorious and there’s careful “obedience” in the educational space. Therefore, the interpretation of processes is supported by the axis of critical theories of the power relationship. Some theorists served as a basis for the theoretical foundation, relying on Michel Foucault, Émile Durkheim, Erving Goffman, Paulo Freire, among other authors, considering their time, history and space. The importance of the effects arising from the students' relationship with the context of military education emphasizes pertinent

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: pollylirapolly@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

discourses that the article presents. It's possible to admit the effects of this process on the relations and behaviors of the school, researching the subjective aspects of the accepted and values, rules, orders and discipline. Thus, it's believed that there's representation given to students and that military discipline not only reflects, but can also influence the actions of those who perform them.

Keywords: Discipline. Education. Control. Rules. Militarism. Docility of the bodies.

1 INTRODUÇÃO

Os Colégios Militares (CM) são instituições de ensino que trazem a filosofia e conduta militar do ensino fundamental e educação básica e que possuem rígidos posicionamentos disciplinar em relação a disciplina. Nesse contexto, busca-se compreender aspectos éticos, disciplinar e educacional que tem impacto na subjetividade dos alunos. Esse tema tem o intuito de problematizar e elucidar as questões que se colocam quanto as condições educacionais dentro da escola e a resposta a ela atribuída, surgindo uma cultura militarista e disciplinar no âmbito acadêmico.

A principal relevância pessoal para motivar o presente artigo surgiu por meio dos estágios em ênfase, I e II, em Psicologia e Processos Educacionais realizado no Colégio da Polícia Militar, no Cariri. Ao vivenciar situações que envolvam tais disciplinas militaristas despertou o desejo de discutir e pesquisar o fenômeno. A compreensão de como os alunos vivenciam a esse modelo de educação, as internalizações e de que maneira a disciplina atrelada ao regime militar impacta diretamente na vida desses estudantes. Acredita-se na relevância social no contexto da relação de poder, no empoderamento dos alunos, na maturidade desenvolvida nessa transição, como isso ocorre, e como eles respondem diante dos valores, normas e práticas relacionadas a uma condição de obediência, comando e liderança. Tal análise induz a reflexão dessa relação e proporciona relevância acadêmica sobre o impacto desse fenômeno nos estudantes, levantando questionamentos sobre a compreensão subjetiva, as relações de poder no ambiente escolar e as implicações internalizada no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, portanto, busca-se pesquisar como as instituições escolares, fundamentadas numa perspectiva militarista atravessam os estudantes nas relações de poder, controle e disciplina, a partir de uma interpretação educacional.

Além do interesse socioantropológico, essas questões eram sensíveis nas manifestações de resistência, enfrentamento e sujeição no comportamento dos alunos, e que pudemos vivencia-las como experiência no campo de estágio, podendo acompanhar aspectos do cotidiano e as relações estabelecidas no discurso de educação formal e disciplinar daqueles diretamente envolvidos por esse modelo de educação.

Neste artigo objetiva-se identificar o controle social e seus determinados contextos, no que diz respeito a quem se fala, para quem se fala e sobre o que se fala. Destaca-se ainda a relação que permite essa ordem simbólica, compartilhada e respondida pelos estudantes no âmbito educacional, social e cultural. Ademais, busca-se registrar a percepção dos estudantes na análise da atuação de um órgão de segurança pública assumindo a administração de um ambiente escolar, quais são os impactos que essa relação traz na subjetividade do estudante, suas interpretações e implicações num processo pessoal e no contexto educacional a partir de uma literatura científica.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta-se como bibliográfica, buscando compreender o problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. De acordo com Gil (2002) esta modalidade tem por principal objetivo tornar um fenômeno familiar por meio de investigação, de modo que o objeto de estudo possa ser observado com uma maior compreensão e precisão. A formulação de hipótese permite uma investigação detalhada. O mesmo autor emprega em sua obra o objetivo de uma pesquisa descritiva, que envolve a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis” (p. 42). Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, outros autores discorrem que esta

[...] possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também a construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA E MIOTO, 2007, p. 40).

Foram acessados também artigos científicos, dissertações e teses por meio de bancos de dados na internet, nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), LILACS e Google Acadêmico. Para a realização das buscas foram considerados os seguintes descritores: colégio militar, discurso disciplinar, docilidade dos corpos, estresse, saúde mental, mortificação do eu, e internalização disciplinar. Neste trabalho alguns teóricos como Michael Foucault, Durkheim, Weber, Goffman e Paulo Freire trarão contribuições significativas para uma leitura metodológica e teórica no tema abordado, com a realização de levantamento, compilação e análise das principais fontes, relacionando ao contexto disciplinar, social, militar e educacional. Trata-se de autores cujo pensamento é relevante para o tema desse artigo. Será um estudo exploratório que se propõem a analisar e discutir as diversas posições a cerca de um problema, procurando ser desenvolvida exclusivamente em fontes bibliográficas.

O artigo se utilizará de procedimentos de pesquisa que compreendem: revisão bibliográfica, livros de leitura corrente e de referências, artigos, publicações periódicas como revistas, jornais científicos, impressos diversos, endereços eletrônicos que tiverem suas datas de publicações entre 1999 e 2020. Pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a tese acerca dos aspectos subjetivos do discurso disciplinar em estudantes, as normas e regras impostas no campo educacional.

3 SURGIMENTO DAS ESCOLAS MILITARES E SUAS ATUALIDADES

Podemos dizer que a partir da vinda da família real a Corte Portuguesa em janeiro de 1808, exigiu uma reestruturação do Exército visando uma força militar mais eficiente e menos “amadora”. Criaram-se várias instituições educacionais como as escolas de Medicinas, Direto, Jardim Botânico, a Biblioteca Real e as Academias Militares, sendo ela a primeira instituição de ensino direcionado à ordem militar. Sua criação se deu início, ainda no final do Império, inicialmente chamado de Imperial Colégio Militar, por meio do Decreto Nº 10.202, 9 de março de 1889. O colégio foi fundado como um educandário na cidade do Rio de Janeiro que tinha a função de amparar os filhos órfãos dos Militares, os quais eram mortos nas grandes e intensas batalhas daquela época. Dando sequência a expansão do ensino militar no Brasil, destaca-se a autora Fabiana Maria de Leal (2009, p.01), que relata que “em 1889,

surge o primeiro Colégio Militar atribuído ao Ensino Secundário, assinado em 09 de março 1889 de nome Imperial Colégio Militar da Corte”.

No decorrer de mais de cem anos o colégio militar está sendo cada vez mais presente dentro do cenário educacional nacional. O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) é um sistema único de ensino no qual sua administração se concentra nas normas e ordens Oficiais Militares do Exército Brasileiro e tem ao seu cargo ministrar a educação básica dos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e o ensino médio, por isso, é responsável pela gestão e o bom funcionamento de todas as instituições Militares. Inicialmente o colégio militar tinha como destinado a formação de jovens rapazes filhos de militares e que gradualmente as instituições foram abrindo vagas para filhos de civis e permitiu o ingresso de meninas.

O sistema é subordinado à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) no que lhe diz respeito está subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), é o órgão responsável pela condução de ensino no Exército Brasileiro. Podemos relatar que o modelo pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) vem sendo utilizado em algumas escolas públicas sob o comando dos Militares. Ao longo das últimas décadas a educação básica no Brasil vem passando por diversas transformações dentro desse seguimento e que se propõe a apresentar um sistema educacional com resultados de excelência que apontam as principais avaliações nacionais SCMB.

Para o nosso sistema de educação brasileiro se tem a compreensão de três esferas complementares e interligadas, segundo o nível de governo que as administra. São estes: sistema de ensino Federal, Estadual e o Municipal, conforme os princípios expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9396/96. É válido ressaltar e explanar que cada modalidade conta com um órgão gestor. O sistema federal de ensino ao qual pertence a escola que se pretende pesquisar tem como gestor o Ministério da Educação (MEC); as instituições escolares pertencentes à esfera do sistema estadual de ensino são administradas pela Secretaria Estadual de Educação (SEE); e finalizando, as instituições escolares de esfera municipal são administradas pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Todos esses sistemas atendem as determinações normativas e homologadas pelo titular ou secretaria do Conselho Nacional de Educação (CNE).

No Colégio Militar as práticas didáticas-pedagógicas em vigor são subordinadas as normas e prescrições tanto do sistema de ensino do exército, como

também as Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A disciplina e hierarquia embora não sejam princípios exclusivos das forças armadas são potencializadas numa acepção peculiar. Os artigos 42 e 142 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) congregam valores basilares dessas forças militares, sejam federais ou estaduais. Acredita-se que por esta razão, os sistemas militares de ensino são autônomos, submetendo a legislações que difere daquelas que rege o sistema civil. Destaca-se aqui o art. 83 da LDB que o “ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino”. Podemos relatar que, neste sentido o ensino fundamental deve ser atrelado ao sistema educacional civil, uma vez que os colégios militares não formam militares e nem desenvolvem carreiras militares. No entanto, a formação profissional militar de segurança pública deve ser regida pelo sistema estadual de ensino militar. Ainda é possível destacar que,

Os Colégios têm como meta levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à auto realização, à qualificação para o trabalho e prepara-los para a vida como cidadãos, educados conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988).

Conforme Lück (2002) essa institucionalização militar e a democracia propicia um melhoramento e qualidade nas escolas públicas, corroborando para o fortalecimento num processo de mudanças na visão de gerenciar escolas no Brasil, pois “são elementos desse grupo que geralmente participam das articulações golpista, mobilizam contingência de apoio aos conspiradores e lideram os subalternos no combate aos movimentos perturbadores da ordem social” (LUDWIG, 1998, p.7). As atividades relacionadas ao desenvolvimento e funcionamento dos Colégios Militares têm como suporte dois documentos importantes: o Regulamento de Preceitos Comuns aos estabelecimentos de Ensino do Exército – R-126 e o Regulamento dos Colégios Militares – R-69. No entanto, embora o sistema procure uniformizar o funcionamento de todas as suas unidades, cada unidade demonstra variações no tratamento dado a aspectos como disciplina, trabalho pedagógico, avaliação, e autonomia docente (SOUZA, 2002). Nessa perspectiva, esses colégios tem uma natureza própria, pautando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, publicidade e camaradagem, englobados pelos valores, costumes e tradições do

Exército Brasileiro. Desde sua implantação o ensino militar cria uma própria forma de organizar seu ensino.

Bastos (2006) aponta que o final do Século XX está assinalado por várias mudanças que modificaram incrivelmente o mundo do trabalho e os processos incorporaram um processo produtivo, ressaltando o trabalho e suas ressignificações.

Na circunstância do cenário atual o governo federal lança o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Reporta-se a uma gestão escolar compartilhada entre militares e educadores. A iniciativa é do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, expondo um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. São escolas militarizadas cuja administração e disciplina é feita pelos militares.

Essas escolas vêm ganhando forças com a gestão governamental do atual Presidente da República. São escolas não militarizadas, porém, sua equipe é de Militares no papel de tutores. Alguns autores trazem a moral e valorização educacional no âmbito escolar. Durkheim (2008), a partir de sua concepção positivista, entende-se que, o espírito de disciplina seja o primeiro elemento da moralidade, ou seja, existe um aspecto nas ações morais que emergem de regras já preestabelecidas. Em julho de 2019 o Ministério da Educação anunciou a implementação de 108 escolas nesse modelo, em um comprometimento Nacional pela Educação Básica.

Há de se conceituar modelos que trarão contribuição educacional e inovação no que se refere a gestão dos sistemas organizacionais de ensino (PASSAFARO, 2019). A proposta pedagógica dos colégios militares segue a mesma finalidade das escolas civis, ou seja, uma instituição social com objetivos e metas, empregando e reelaborando os conhecimentos sociais produzidos, embora sigam o rigor das normas e regras militares, com isso os diferem das escolas controladas pelos civis. Ainda é possível discutir que,

A diversidade do país precisa ser contabilizada quando se fala em qualidade da Educação. Não é possível garantir a mesma qualidade para todos em situações de acentuadas assimetrias regionais. Porém o Estado tem o dever de prover meios e desenvolver todos os esforços para recuperar o tempo que foi perdido ao longo da história do País, uma história que precisa ser levada em consideração, sobretudo em relação à concepção federativa de poder (CUNHA, 2013, p.61)

De acordo com o MEC, os militares atuarão na disciplina, nos valores éticos, na área de administração, infraestrutura e organização da instituição e alunos. É importante destacar que a adesão ao programa é voluntária, e de acordo com o MEC o estado e município deverão realizar uma consulta pública e a comunidade escolar deve aceitar a mudança.

Acredita-se que embora a instituição escolar e os quartéis se constituam totalmente diversas, no que tange as escolas sob gestão da Polícia Militar, é fácil encontrar semelhanças entre a burocracia que se instala nas instituições de ensino e aquelas que atuam nos quartéis. Um novo conceito de educação disciplinar, desde sua criação, assume um lugar de sucesso marcada por uma educação que passa a ser medida, controlada e normatizada.

[...] a gestão terceirizada em parceria com o setor privado, pode-se alcançar uma qualidade de ensino ainda maior. O objetivo é repetir em outras unidades de educação o mesmo sucesso apresentado pelos colégios militares, cujo corpo administrativo é formado por oficiais e praças da Polícia Militar e o corpo docente é preenchido por quadros da Secretaria de Educação. O que difere esses colégios dos demais é a disciplina aos moldes dos quartéis e o método pedagógico que exige mais comprometimento dos alunos. Com isso o Estado não precisaria mais fazer concurso público para a contratação de professores e demais servidores [...] (O CORREIO NEWS, 2015, s/p).

O crescimento do número de escolas públicas de educação básica é um fenômeno recente. É importante destacar que todos os colégios militares do Brasil são regidos por normas criadas pelo Exército Brasileiro, conforme diz o Regimento Interno dos Colégios Militares do Brasil.

Art. 2º Os CM, doravante identificados como participantes de um subsistema de ensino do Sistema de Ensino do Exército, denominado Sistema de Ensino do Exército, denominado Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), funcionam pautando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, camaradagem, englobados pelos valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro. (SANTOS, 2015, p.20).

Acreditamos que a força da militarização da escola pública percorre um âmbito que pouco a pouco se impõe como função neoliberalista, ganhando corpo e apoio político para uma investida sobre o cenário educacional. Observamos que, tanto o neoliberalismo e quanto a escola militar se apresentam como uma solução ideal para

contradições e conflitos, obediência as regras, meritocracia e trabalhos concedidos como sinônimo de cidadania.

4 RELAÇÃO POR DISCIPLINA DE CORPOS

Afim de oferecer uma melhor compreensão do que vem a ser o poder disciplinar, o teórico Foucault (2009) traz em sua leitura que a disciplina é um tipo de poder, que torna os indivíduos meros objetos e que ao mesmo tempo são instrumento do seu próprio exercício, logo o poder disciplinar tem como objetivo “adestrar” as “multidões confusas e inúteis de corpos”, e a partir daí, fabricar indivíduos obedientes (FOUCAULT, 2009b, p. 164). Ao investigar os regulamentos das instituições disciplinares, o autor chama atenção para o controle de cada pequeno detalhe, levando em conta as relações e informações de poder e saber, por meio dos quais se constitui o homem moderno.

A escola atua como instituição disciplinadora a serviço da sociedade, e podemos dizer que essa atuação se dá tanto no campo individual (sujeito) quanto no coletivo (ordem social). A disciplina militar traz muito forte essa conduta de poder, uma relação constante é vivenciada por essa ideologia. Ao que parece, esse controle permanente “funciona como um agenciamento coletivo cujos resultados, num futuro próximo, podem ser sombrios.” (VEIGA-NETO, 2000, p. 209).

De acordo com Foucault (1982a, p.148), “se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil.”

“O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir” (FOUCAULT, 1987, p. 123). Um aspecto da disciplina enquanto controle corresponde aos fatos de que os elementos são intercambiáveis, isto porque cada integrante se define pelo lugar que ocupa na série. Ainda que (BAUMAN 1999, p.66) entende o mundo globalizado como uma “nova desordem mundial”, uma vez que “ninguém parece estar no controle agora”, não se pode afirmar que a escola se tenha despedido dos mecanismos de controle; ao contrário, cada vez mais se desloca de uma lógica disciplinar para uma lógica de controle. (FOUCAULT, 1987, p. 121) “a partir dessa política detalhista que procura controlar e utilizar os homens; política essa, dotada de técnicas, processos, saberes, descrições, receitas e dados; nasce então o homem do humanismo moderno”. O poder por tanto não se

estabelece como uma propriedade, qualquer coisa que se possua ou não. Diante desta afirmação recorremos a Foucault (1979), quando ele refere a ideia de poder, não existe estritamente falando, o que existem são práticas, ou relação de poder, sendo este algo que se adote, se efetue, e funcione. O autor também acrescenta que mesmo que não se explique por completo o “poder” apenas caracterizando-o por suas funções repressiva. Ele fala que:

Se poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente porque ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Entende-se que no contexto disciplinar todos os elementos são intercambiáveis, ou seja, são interligadas pela sua posição em relação ao outro e acredita-se que passa a afligir-se com detalhes e para efetua-la é necessário estabelecer uma relação interpessoal com o indivíduo, permitindo conhecer em seus mínimos detalhes. Para tanto é preciso disciplinar corpo e mente para torna-lo dóceis, numa busca de maior eficiência, rapidez e eficácia.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micro penalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCAULT, 1987, p. 149).

A estrutura disciplinar quanto a docilidade dos corpos nas instituições militar, abre espaço para muitas questões a serem discutidas, e uma delas é o deslocamento da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Foucault nos diz que a disciplina é um “método que permite o controle do corpo, sujeitando suas forças e impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade”. (FOUCAULT, 2009, p. 133). Podemos compreender a partir desse contexto que, com isso, é preciso moldar o indivíduo, assim ele poderá perceber como seu, o controle de suas ações. Essas questões não necessariamente podem ser respondidas, mas refletidas em relação ao

contexto geral da relação da disciplina e do poder. Considera-se a disciplina como um fator imprescindível para a realização de qualquer atividade, seja ela individual ou em grupo. Boarini (2013) acredita que, ainda se concebe como uma verdade, que diversas atividades exigem ordem para chegar a um bom termo.

Weber (2010) consegue perceber essas mudanças de perspectivas ao falar sobre “significado da disciplina”, explicando que ao longo da história percebe-se mudanças dos duelos individuais para o combate entre tropas comandadas, não importando mais o destaque a guerreiro, mas a racionalização da forma de guerrear.

A hierarquia e o poder são manifestações que podem ser observadas dentro de uma educação militar, trazendo para o campo educacional presença constante de policiais militares devidamente fardados, armados, e desenvolvendo atividades na administração, na docência e na guarda escolar. Foucault (1999) entende-se que são espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. O campo educacional militarista traz a homogeneização, fortalecendo as identidades culturais, ou seja, padronizando alunos, devidamente fardados e assemelham-se a farda dos militares.

Instituições militares são conhecidas pela disciplina e regra no comportamento e vestimenta aplicado aos estudantes. Deve-se ressaltar que cada estabelecimento educacional institua seu próprio código de conduta, no entanto, para uma maior compreensão sobre essas condutas, cita-se aqui as regras mais gerais:

Regras para os meninos:

Utilizar todo uniforme do colégio militar.

Cabelo como padrão militar (sem topetes, moicanos, desenhos, tranças, black power, etc)

Não utilizar piercing, brinco, alargador, ou similares quando estiver utilizando o uniforme ou participando das atividades escolares.

Proibido faltar com respeito às autoridades e funcionários do colégio, entre outras.

Regras para as meninas:

Cabelos longos devem estar devidamente presos em um coque com rendinha preta.

Cabelos curtos podem estar soltos desde que não ultrapassem a nuca e a franja permaneça presa.

É proibido o uso de maquiagem, esmalte e brincos chamativos.

Não utilizar piercing, brinco, alargador, ou similares quando estiver utilizando o uniforme do colégio ou participando das atividades escolares.

Proibido faltar com respeito às autoridades e funcionários do colégio, entre outras. (SILVA, 2018)

Nessa perspectiva das regras gerais, levanta-se a discursão de como a instituição vem constituindo outros modelos de subjetividade, sendo assim, reconfiguram as formas de disciplinamento, produzindo outros sentidos de mecanismo que permitem conduzir a conduta alheia. “Há uma técnica que é, pois, disciplinar; é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo”. (FOUCAULT, 1999, p. 297)

Essa noção de cortar os laços com os antigos hábitos sociais se caracteriza por meio da mortificação do eu. Goffman (2007), descreve que os ritos e as regras simbólicas funcionam como adaptadores para a nova cultura institucional. Assim, os mecanismos disciplinares sobre o corpo não se excluem mutualmente, se articulam entre si, sedo que cada sociedade, regime de poder corresponde a um campo de força que produz diferentes subjetividades. Mesmo numa educação que controla os desejos e os corpos transpondo como faltas, há sempre o escape, o desvio e o fracasso da captura.

Podemos dizer que, em uma instituição todos os membros são partes de um sistema e o nível da influência grupal é, todavia, mais facilmente visualizável para os indivíduos. O comportamento grupal tem sido incansavelmente estudado por teóricos das organizações e pelos psicólogos sociais. Podemos citar que um desses teóricos (WEBER 1999) acredita que o uso da racionalidade e da burocratização com intensidade é uma grande ameaça à liberdade do espírito humano e aos valores democráticos. Nessa perspectiva, é por meio do corpo e das práticas sobre ele que se moldam os comportamentos, acredita-se que a regulação da vida social, é sobre tudo a regulação dos corpos.

Juntamente com o advento do sistema escolar surgem artefatos que visam auxiliar a introdução das regras e disciplinas deste na vida dos alunos: os livros, as carteiras escolares, o uniforme escolar, entre 15 outros, funcionam como elementos complementares destinados à ação ordenadora e regulamentadora das normas de cada instituição sob os alunos (ANDRADE; SPAINE; MENEZES, 2010. p. 08).

Todavia, a realidade que se apresenta ao indivíduo é inserida numa estrutura social ampla, essa realidade não se apresenta de forma pura, a uma apropriação e simbolização, consciente ou inconsciente pelo grupo.

E é nesta atribuição de sentido que percebemos que as representações não são ingênuas. Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que a produz” (CHARTIER, 1990, p. 17)

Numa teoria foucaultiana analisa a adoção dos uniformes escolares como parte de relação de poder, agindo sobre o corpo com outros procedimentos institucionais, com isso, modela os indivíduos em suas relações e consigo mesmo. Como um contraponto a ideologia de modelo educacional militar (aqui compreendida como um conjunto de valores e crenças) o autor Paulo Freire faz referência a educação problematizadora.

Submetidos ao condicionamento de uma cultura do êxito e do sucesso pessoal, reconhecer-se numa situação objetiva desfavorável, para uma consciência alienada, é frear a própria possibilidade de êxito (FREIRE, 1979, p. 184).

Seguindo essa linha de raciocínio tais relações favorecem o desvelamento da realidade, buscando valorizar a voz dos educandos por meio de estabelecimento de relação dialógica.

5 SAÚDE MENTAL: RESISTÊNCIA E SUJEIÇÃO AOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

A formação do cidadão é algo que perpassa por muitas questões, a educação em valores que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, nas manifestações de cultura, são fenômenos complexos. Sendo assim, a instituição escolhida pelo Estado e pela família como melhor lugar de ensino-aprendizagem é a escola. Wallom (1979) aborda que a educação é fato social e que tem como instrumento o homem concreto. Supõe-se que há alguns fatores que venha a contribuir ou afastar o estudante das instituições de ensino com pedagogia militar, o que podemos chamar de “sujeição” e “liberdade” que busca o equilíbrio na docilização dos corpos na contemporaneidade.

Entende-se que o perfil desejado agrega valores que o sujeito traz em sua totalidade. Há jovens que experienciam esse período de diversas formas e em diferentes momentos. Os autores Abramo Branco (2005), Dayrell e Carrano (2014) atrelam o perfil dos jovens a uma condição sócio-histórico-cultural específica. Nesse sentido, as condições dos jovens alunos podem ser entendidas pelo modo como a sociedade constitui e dá significado a esse momento da vida.

A submissão não significa mais a simples reprodução não-pensante, acredita-se que seria uma submissão de ideias, de princípios e de técnicas que são a essência da proposta à qual serão adicionadas doses de liberdade, à sua maneira.

Consiste menos em fazer sua vontade do que submeter-se à dos outros; consiste, ainda, em não submeter a vontade de outrem à nossa. Quem quer que seja mestre, não pode ser livre: reinar é obedecer. (Rousseau, 1964c, p.841)

Nesse contexto acredita-se que escapamos a uma tal submissão quando as leis aos quais obedecemos são todas inflexíveis e impessoais quanto elas são a expressão da vontade real. A liberdade de escolha será elementos visíveis de qualidade e é desejável porque promove eficiência e qualidade. "o homem nasceu livre e por toda parte se encontra sob grilhões" (Rousseau, 1964b, p.351).

Para compreender os acontecimentos vinculados a adesão ou a resistência dos de alunos que estão sujeitos a disciplina militar, é preciso compreender como esses comportamentos influenciam diretamente nos estudantes. Aqui, podemos levantar discussões que tratam diretamente do estresse e da saúde mental, onde acredita-se existir vários fatores que podem influenciar a suscetibilidade ao estresse em diferentes pessoas.

De acordo com Lázaro & Folkman (1984) o processo de estresse desencadeia-se com a interpretação de um determinado acontecimento como uma imposição. Outro aspecto a se notar é a avaliação da ameaça a ser inflacionada quando os indivíduos acreditam ter artifícios insuficiente para responder as exigências externas. Conceitua-se o estresse como estado de alerta, colocando o organismo diante da mudança geradora de instabilidade. Oliveira (2006), acredita que o estresse reflete no corpo e é anterior e independente do significado atribuído à ocorrência que o desencadeou. Segundo (ZANELLI 2010, p. 47), "o estresse é amplamente compreendido como uma necessidade de adaptação ou ajustamento de um organismo frente às pressões que o ambiente impõe".

A relação entre resistência e sujeição sofre impactos sobre a subjetividade e a saúde mental. Um aspecto relevante é que muitos problemas de saúde surgem relacionados com fatores situacionais de estresse e adaptação, em que a intervenção em crise se revela essencial. Arnett (2007), segundo este autor, o espaço educacional apresenta características particulares e se constitui como um momento de transição e mudanças na vida do indivíduo. Estudantes podem ser vulneráveis ao sofrimento psíquico e desenvolver doenças mentais devido à inúmeros fatores, e é possível dentro desse processo que, demandas sejam geradas e alunos tem que se adaptar a essa nova realidade. Diante do exposto, por vezes, pode ser percebido isso como um estressor e impactar diretamente na saúde e na vida de alunos.

Pode-se concluir então que, além dos fatores individuais e contextuais envolvidos no processo de saúde mental, supõem que alguns aspectos específicos da vida dos estudantes podem se constituir como fatores de risco ou proteção da saúde mental.

A escola apoiada por essa mecânica do “poder disciplinar” forma alunos apáticos e sujeitados. Nascimento (2019), traz esse processo assujeitador de “pacificação subjetiva”. Nesse contexto a maioria dos alunos que vivenciam esse modelo de mecanismo demonstram passividade diante dos padrões de conduta instituída. Entretanto, onde há força, há resistência (FOUCAULT, 1979); os alunos não se deixam facilmente serem educados pelo modelo pedagógico voltado ao ordenamento. Um dado discurso pode ser ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, mas também pode ser um empecilho, ou seja, ponto de partida ou de resistência a uma estratégia oposta.

6 PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO NA INTERNALIZAÇÃO DAS NORMAS E REGRAS DA INSTITUIÇÃO

As instituições escolares sempre tiveram um papel fundamental na produção de subjetividades, pois exterioriza num lugar que se configura por relação de poder e saber, e por ser crivada por configurações sociais.

Tomanik (2008) aponta que as normas e regras são formas de ajustamento das ações do homem em coletividade, isso quer dizer que são dispositivos que diferenciam condutas consideradas corretas ou incorretas das ações. Neste sentido, existe uma direção de conduta que normalmente trazem medidas sobre forma de

punição para aqueles que não cumprirem e premiação aos que seguirem de forma prevista.

Carneiro (2010) define “moral” como um conjunto normas que regulam o comportamento social no sentido de garantir a ordem. A uma representatividade da norma no contexto histórico e social, que são vinculados a interesses vigentes. Em síntese, moral pode ser compreendida como “um conjunto de regras constituído socialmente, que se segue para aceito em dada comunidade” (p. 415).

Na esfera da temporalidade, a subjetivação se estipula num processo contínuo. Goergen (2001) estabelece subjetividade como um processo de autoconstrução. Refere-se a um processo complexo e confuso, onde as mudanças que constantemente ocorre no sujeito, podará ter um certo grau de risco, gerando conflitos e incertezas.

A compreensão na relação do sujeito-mundo nas discussões de Freire é a base para o entendimento do diálogo e a forma como as pessoas potencializam as transformações igualitárias resultantes do diálogo intersubjetivo. Pela intersubjetividade, se designa a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto (FREIRE, 1977). O autor ainda discorre:

Proponho e defendo uma pedagogia critico-dialógico da pergunta. A escola pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõem a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber critico, científico, mediados pela experiencia no mundo (FREIRE, 2005, p.83)

Diferente do que observamos nos tópicos anteriores, Freire nos apresenta uma pedagogia alicerçada na liberdade. Sua metodologia dialógica foi considerada subversiva pelo regime militar, o que rendeu a Freire o exílio. Entretanto o educador nesse período não deixou de produzir, escrevendo a Pedagogia do Oprimido, uma de suas principais obras. Não poderíamos falar sobre educação sem trazer o teórico Paulo Freire, mesmo que, este conceito de educação seja alicerçada na pedagogia militarista: Freire, um importante pensador na área educacional traz dentro da sua metodologia diversas contribuições para refletirmos a possibilidade de transformação da sociedade e dos sujeitos. A pedagogia freiriana nos traz um alento: pensar numa educação libertadora, que deve ser uma ação cultural transformadora, ou seja, em todas a dimensões, orientado a um constante processo de humanização.

O diálogo com as massas não é concessão, nem presente, nem muito menos uma tática a ser usada, como a organização o é, para dominar. O diálogo, como encontro dos homens para a "pronúncia" do mundo, é uma condição fundamental para a sua humanização. (FREIRE 1986, p.10).

Muitos estudos confirmam mudanças e variedades de fatores que afetam o processo de interação dos estudantes e produzem mudanças em ambos. Freire (2003) traz a justificativa na obra *Pedagogia do Oprimido* destacando como ocorre o processo de opressão. Ele aponta como esses processos nos oprimidos são empecilhos de libertação e humanização. É importante discutir neste ponto, a percepção do autor ao trazer o processo de interiorização do opressor nos oprimidos, a atenção e cuidado para não transformar esses oprimidos em novos opressores.

Enquanto na teoria da ação anti-dialógica a conquista, como sua primeira característica, implica num sujeito que, conquistando o outro, o transformam em quase "coisa", na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração (FREIRE, 2003/1970, p. 165)

Emoções, sentimentos, paixão envolve diferentes níveis de visibilidade, de duração, de intensidade, de controle e de predominância. As emoções diferenciam-se de outras manifestações da afetividade, cuja contribuição depende da representação simbólica do discurso do poder e da influência, dos que fazem uso dela nos mais diversos campos de atuação.

Vygotsky (1999) considera extremamente importante as questões referentes ao ambiente social e posteriormente as práticas do meio escolar. A conhecimento do que seria o elo entre o externo e o interno, (LEONTIEF 1981, p. 58), por exemplo, argumenta que "a atividade interna, que surgiu da atividade prática, externa, não é separada dela, nem se levanta acima dela; ela retém sua conexão fundamental e de dupla mão com ela". Vygotsky (1995) denomina a função psicológica superior mais importante como autorregulação, já que ela permite que o sujeito tenha controle sobre as outras funções psicológicas ao dominar sua conduta.

Estes conceitos compartilhados influenciam na definição dos papéis expostos pelos adolescentes em diferentes níveis sociais e culturais (OLIVEIRA, 2002). O entendimento na formação da subjetividade contempla o paradoxo entre persistência e transformação. Silva (2003b) atribui que, por meio de novas construções semióticas

que emergem na negociação de significados, valores, regras e expectativas sociais, num movimento dialético entre mudança e permanência se dá o desenvolvimento humano. A sociedade e a escola da Modernidade caracterizaram a disciplina, produzindo uma subjetividade útil, dócil e disciplinada. Este é um processo de reprodução dos corpos e de signos (DELEUZE, 2007).

Espera-se que tanto na sociedade disciplinar ou no controle, a uma produção de subjetividade que segue configurações institucionais diferentes, porém, muitas vezes elas se misturam e se completam.

Portanto, a vigilância hierárquica sobre os indivíduos permite a articulação de um poder com um saber, que se ordena em torno da norma, e que diz, o normal ou anormal, o que se pode ou não pode fazer, o que é correto ou incorreto (FOUCAULT, 1999). O processo educativo se situa numa realidade onde, segundo afirma Morin (2000), a mudança do pensamento é conjuntura para reforma do ensino e é através da reforma do ensino que se modifica o pensamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos descrever este artigo numa construção de teorias e pensamentos que fomentam à lógica de um sistema dominante, e que por estas razões trazem reflexões de conjunto de valores nas relações de poder, condicionadas numa proposta pedagógica militar, nas quais tendem a modelar um tipo idealizado de estudante que venham atender a finalidade estabelecida da lei e da ordem social. Neste sentido, considera-se que as relações de poder não são naturalmente prejudiciais, sendo assim, a crítica está direcionada ao disciplinamento pelo disciplinamento, ou seja, um disciplinamento controlador, sem abertura as práticas inventadas e criativas. Portanto, acreditamos que a discursão contemplou os objetivos ao qual foram destinados sobre uma reflexão aos modelos educacionais militaristas e a subjetivação do mesmo. Podemos afirmar, embasados nos aportes teóricos aqui relatados, que a institucionalização da vida do estudante produz um tipo de subjetividade específica podendo ser compreendida como constituição do sujeito.

Partindo de uma perspectiva dialética, muito há de se pesquisar sobre esse tipo de educação. Inconsciente ou não, o simbólico presente na estrutura pedagógica militar faz parte da rotina diária dos estudantes. Desse modo, confirma-se a

preocupação no poder disciplinar onde o controle dos corpos é o principal instrumento de incorporação de valores, podendo apresentar adoecimento secundário.

Pensar na disciplina militar num contexto pedagógico nos traz reflexões na relação do domínio, cabendo ainda ressaltar que esse tema trouxe também diversos outros questionamentos: Esse campo educacional agrega valores para formação de soldados ou estudante? Todavia, uma disciplina militar absolutista pode engessar discussão democrática e endossar a opressão. Muito são os fatores que permeiam essa relação num ambiente militarizado, coercitivo, que traz consigo uma violência simbólica. Por certo, as questões levantadas neste artigo contemplam o papel fundamental da disciplina militar, onde há uma descentralização do sujeito, pois o disciplinamento utilizado em sua dimensão favorece ao processo formativo na escola, e esse é um aspecto fundamental de reflexão, tendo em vista que, o que mais ocorre nas diferentes instituições é a omissão do ponto de vista dos estudantes para a valorização da instituição.

Considera-se que a prática do diálogo e a leitura de mundo que está emergida em cada aluno são práticas imprescindíveis para a compreensão de uma realidade social.

Todas as evidências apontam que o modelo educacional militar tem impactos na internalização dos estudantes, e que para além, atravessam os muros das instituições, ou seja, interferem num processo de significação individual e coletivo.

Torna-se um desafio atual a compreensão da pedagogia militar, onde valores militares são introjetados sutilmente em seus comportamentos, determinando discursos e visões de mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005

ANDRADE, R.; SPAINE, P. Ap. de A.; MENEZES, M. dos S.; ALENCAR, F. de. Uniforme escolar infantil: cenário atual. *In*: 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOARINI, M.L. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Revista Semestral Da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Maringá, v.17, n.1, p.123-131. Jan. /Jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572013000100013>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Art. 211 - Emenda constitucional**, Nº. 14 de 12 setembro de 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9396/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

CARNEIRO, L. A. *et al.* O ensino da ética nos cursos de graduação da área de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 34, n. 3, p. 412–421, 2010.

CASTELO, P. A. **História do Ensino no Ceará**. Ceará: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA, C. **Anuário Brasileiro da Educação**. São Paulo: Moderna, 2013.

DELEZEU, Gilles. *Conversoes*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 36ª Edição, 2003.

FREIRE, P. **Educação como pratica da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Editora Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1987

FOUCAULT, Michael. O Olho do Poder. *In*: MACHADO, R. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 209-227.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: M. Fontes, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOERGEN, P. Educação moral: adestramento ou reflexão comunicativa? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 147-174, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HIPÓLITO M.M. **O ensino policial militar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 2009. Disponível em: <www.feneme.org.br/index.php?mod=noticias&inc=mais_procurados&opt=interna&id=896&sub=33>. Acesso em: 23 de maio, 2020

KOBASA, S.C. Stressful life events, personality and health: an inquiry into hardiness. **Journal of Personality and social psychology**. v.37, n.1, p.1-11, 1979.

LEAL, F.M. **“Por trás dos Portões”**: A Disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959-1964). p. 01-40, Monografia. – Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_3/link/Fabiana-Maria-Leal.pdf>. Acesso em: 25 de Março 2020

LEONT'EV, A. N. The problem of activity in psychology. In WERTSCH, J. V. (Ed.), **The concept of activity in Soviet Psychology**, Armonk, NY: Sharpe, 2006. p. 37-71.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológico na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalisis**, Florianópolis, v.10, spe, p.37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2020

LÜCK, H. A. **Escola Participativa**: O trabalho do gestor escolar. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MAÇÃO, V. R. **O impacto do treinamento no Trabalho de Monitores do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)**. 2019, p. 1-29. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização de Gestão em Administração Pública) – Escola de Formação Complementar do Exército. Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG. Salvador, 2019.

MESQUITA, Simone Vieira de. **Colégio Militar de Fortaleza**: leis de ensino militar. 2010.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NASCIMENTO, L.R. Práticas escolares pautadas no modelo disciplinar e a produção de subjetividade no contexto escolar. **Revista de Educação**, v. 3, n. 3, p. 97-110, 2010.

NOGUEIRA, J.G. **Educação militar**: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). 2014. p. 149, Dissertação de Mestrado.

(Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humana e Sociais. Mato Grosso do Sul, 2014.

O CORREIO NEWS. Governador de Goiás inicia projeto para privatizar educação estadual e terceirizar funcionários. O Correio News.
Disponível em: <http://www.portalmetropole.com/2015/05/governador-de-goias-inicia-projeto-para.html#ixzz3ZGt6cfAd>. Acesso em: 15 fev. 2020

OLIVEIRA, Z.M.R de, Guanaes, C. & Costa, N.R.A. (2004). Discutindo o conceito de “Jogos de papéis”: uma interface com a “teoria do posicionamento”. Em M. C. Rossetti-Ferreira; K.S.

OLIVEIRA, E. A. Delimitando o conceito de stress. **Ensaio e Ciência**, v.1, n.1, p.11–18, 2006.

OMANIK, E. A. A ética e os comitês de ética em pesquisa com seres humanos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, 395-404, 2008.

PASSAFARO, Natalia. **Bolsonaro defende impor escolas civico-militares**. Centro de referência em educação, 05 de setembro de 2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/bolsonaro-defende-impor-escolas-civico-militares/>

PINHEIRO, V. L; LUCENA, C. A. As escolas públicas de educação básica do estado de Goiás e a gestão da Polícia Militar. In: XII Jornada do Histedbr e X Seminário de, 2014 (Uberlândia) **Anais...** (Goiás), 2014, p. 543-556.

RODRIGUES, V. M. **A escola militar, concepção política e projeto de nação no Brasil**. 2016.

ROUSSEAU, J.-J. Les rêveries du promeneur solitaire. In: **Œuvres Complètes**. Tomo I. Paris: Pléiade, Gallimard, 1959.

SAHD, L.F.N.A. *et al.* A noção de liberdade no Emílio de Rousseau. **Trans/Form/Ação**, v. 28, n. 1, p. 109-118, 2005.

SANTOS, R. **Genealogia dos regimentos internos do colégio da polícia militar de Goiás**. Goiânia: Editora Cegraf UFG, 2015.

SILVA, G. **Tudo sobre o Colégio Militar**: A escola militar atende dependentes de militares e estudantes da sociedade civil. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-o-colegio-militar>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SOUZA, G. Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB): uma referência de gestão educacional da rede federal de ensino brasileira. **Universidade Católica de Brasília UCB**, v. 27, n. 03, p.1-15, 2016. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO...IV/GT1/.../GabrielaMenezesdeSouza_GT1_Integral.pdf>. Acesso: 02 abr 2020.

VAN GENNEP, Arnold. **Ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VEIGA-NETO, A.; MORAES, A. L. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. *In*: Resumos do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares, 2014. Florianópolis: UFSC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008, p. 343-354.

VERDELIO, A. **Governo lança programa para escolas cívicos-militares**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/governo-lanca-programa-para-escolas-civico-militares>>. Acesso em: 05 ago 2019

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Visor Distribuciones: Madrid, 1999

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. parte 2.

ZANELLI, J. C. (cols.). **Estresse nas organizações de trabalho**: compreensão intervenção baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.